

O CERCAMENTO E A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS – RISCOS PARA O RIO JACUÍPE E REGIÃO

Patricia de Senna Britto

As nascentes do rio Jacuípe estão localizadas no município de Morro do Chapéu (BA), onde descem cerca de 100m para formar a Cachoeira do Ferro Doido, uma das exuberantes paisagens da Chapada Diamantina. Percorre cerca de 500km passando pelo semiárido baiano e pela região do município de Feira de Santana, banhando inúmeros municípios dessas regiões e desaguando no oceano Atlântico, mais especificamente na costa do município de Camaçari, que compõe a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

É um rio bastante volumoso, que em alguns trechos chega a parecer um pedaço de mar, e integra a Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte conforme Decreto n° 9.926 (Bahia, 2006a) e Resolução CONERH n° 11 (Bahia, 2006b), tendo função importante no abastecimento de água do estado da Bahia, seja para consumo humano, seja para a agricultura e pecuária da região, constituindo-se em um ativo ambiental que contribui significativamente para a economia e o desenvolvimento estadual.

O Jacuípe, historicamente, enfrenta problemas com o lançamento de esgotos domésticos e industriais, contaminação dos lençóis freáticos em função de solução de esgotamento sanitário inadequada, mal dimensionada ou sem manutenção, assoreamento decorrente do depósito irregular de resíduos sólidos, degradação das margens em função do desmatamento da vegetação ciliar ou da ocupação de áreas de proteção permanente, como dunas e manguezais, extração irregular de areia, gerando erosão, caça e pesca predatória. Os impactos decorrentes desse processo ameaçam as atividades de pesca artesanal e mariscação, o abastecimento de água, o lazer e a contemplação, resultando em prejuízos para o turismo e a economia de um modo geral, assim como – e principalmente – para todo o ecossistema da região.

É também importante ressaltar a “privatização” de trechos de margem por loteamentos fechados que constroem estruturas de píer, agravando os prejuízos ambientais. Entre os mais frequentes estão a destruição e alteração de *habitats* costeiros e a poluição da água

(decorrente do tráfego e da manutenção de embarcações, devido ao uso de combustíveis fósseis, óleos e outros produtos químicos), podendo interferir diretamente na biodiversidade aquática, além do dano social, causado pelo controle e restrição do acesso da população em geral ao corpo d'água.

A região da sua foz está ladeada por duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): ao sul, temos a APA do rio Capivara, e, ao norte, a APA Lagoas de Guarajuba. A primeira se estende desde a Vila de Abrantes, mais especificamente na localidade de Areias, onde está situada a empresa Tronox, uma das principais fabricantes mundiais de produtos de titânio, até a margem do rio Jacuípe. O rio Capivara e seu entorno têm sido constantemente afetados pela contaminação decorrente dessa atividade industrial, como também pelo lançamento de esgoto *in natura* na Vila de Abrantes, além do assoreamento causado pela destruição da vegetação ciliar no trecho próximo ao emissário submarino da Cetrel, em Arembepe, conforme denunciado por organizações ambientalistas com atuação no município (Cn1, 2024). A segunda APA se inicia na outra margem do rio Jacuípe e se estende até o rio Pojuca, divisa entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, banhando as localidades Itacimirim e Praia do Forte, respectivamente. Nessa APA, encontram-se ocupações já consolidadas, como as localidades Barra do Jacuípe e Guarajuba, caracterizadas por moradias e/ou casas de veraneio, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Entre uma e outra localidade, situam-se inúmeros loteamentos murados e com guaritas para controle de acesso e, mais recentemente, a implantação de empreendimentos do grupo Alphaville, praticamente promovendo todo o cercamento das lagoas, gerando uma série de impactos ao ambiente, investigados pelo Ministério Público da Bahia, conforme noticiado (Paulo, 2025).

Ademais, vale dizer que tais localidades aqui mencionadas não são atendidas por rede de esgotamento sanitário, sendo adotadas soluções outras, a exemplo das fossas sépticas, ampliando sobremaneira os riscos de contaminação dos lençóis freáticos, como também as ocorrências de lançamento *in natura* nos corpos d'água.

Diante desse cenário e apenas nos atendo às questões mais específicas da região da foz do rio Jacuípe, incluindo as duas APAs, três alertas merecem registro:

- a) o movimento de flexibilização da legislação ambiental no país, abrindo portas para os processos de licenciamento simplificados ou “autolicensing”, abrindo ainda mais os mecanismos de controle e favorecendo as pressões dos segmentos que detém o capital;
- b) o crescimento acentuado da área industrial de Camaçari, figurando hoje como uma das que mais crescem no Brasil, atraindo muitos investimentos nas indústrias químicas, petroquímicas, automobilísticas, componentes para torres de energia eólica, entre outras. Segundo apontado por sua vice-presidente executiva global, a fábrica chinesa de automóveis elétricos recém-instalada no município vai transformar a Bahia no Vale do Silício da América do Sul (Portal Vrum, 2025). A intensa atividade industrial, assim como a ampliação de outros negócios na região para atender demandas criadas pelas referidas atividades econômicas, por exemplo, no setor imobiliário, amplia os riscos ambientais na região;

- c) por fim, porém não menos relevante, tem-se agravado um problema que está diretamente relacionado ao direito de acesso a bens livres da natureza, nesse caso, as águas, com a limitação de acesso aos corpos d'água pela construção de empreendimentos imobiliários e pela pressão e ocupação imobiliária irregular ou regular, mas social e ambientalmente danosas, nas suas margens e nas APAs do seu entorno, como as APAs rio Capivara e Lagoas de Guarajuba. É o que qualificamos como cercamento das águas – uma outra forma de privatização desse elemento da natureza.

Nancy Fraser, através da figura do *oroboros*, ajuda-nos a compreender o processo de radicalização da transformação de elementos da natureza em mercadoria no atual contexto de pós-globalização. A natureza predatória do processo de expansão urbana de Salvador e Lauro de Freitas em direção ao Litoral Norte transforma as águas, a vegetação, a natureza em um “valor agregado”, apropriado por uma elite rentista. Esse “vetor de expansão” se converte, definitivamente, em um *locus* de reprodução ampliada do capital, inclusive imobiliário – sendo a produção de valor nessa região potencializada pelos ainda existentes “recursos naturais” e pelos investimentos públicos em infraestrutura. Ao mesmo tempo que alimenta o ciclo de valorização e acumulação, tal “desenvolvimento” degrada e ameaça esse “ativo ambiental” e as formas alternativas de vida e de subsistência na região.

A situação do entorno da foz do rio Jacuípe é apenas um exemplo do que vem ocorrendo no litoral norte da Bahia, extensão de costa atlântica de Lauro de Freitas, passando por Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, até Jandaíra, onde os impactos ambientais das atividades industriais e imobiliárias apresentam riscos iminentes aos nossos ativos ambientais, merecendo atenção dos municípios e, sobretudo, do governo estadual, na perspectiva de debater amplamente o desenvolvimento e a preservação da região.

Figura 1 – Rodovia BA-099 – Estrada do Coco



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 2 – Rio Jacuípe – vista



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3 – Rio Jacuípe – vista



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 4 – Foz do rio Jacuípe – vista



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 5 – Foz do rio Jacuípe – vista



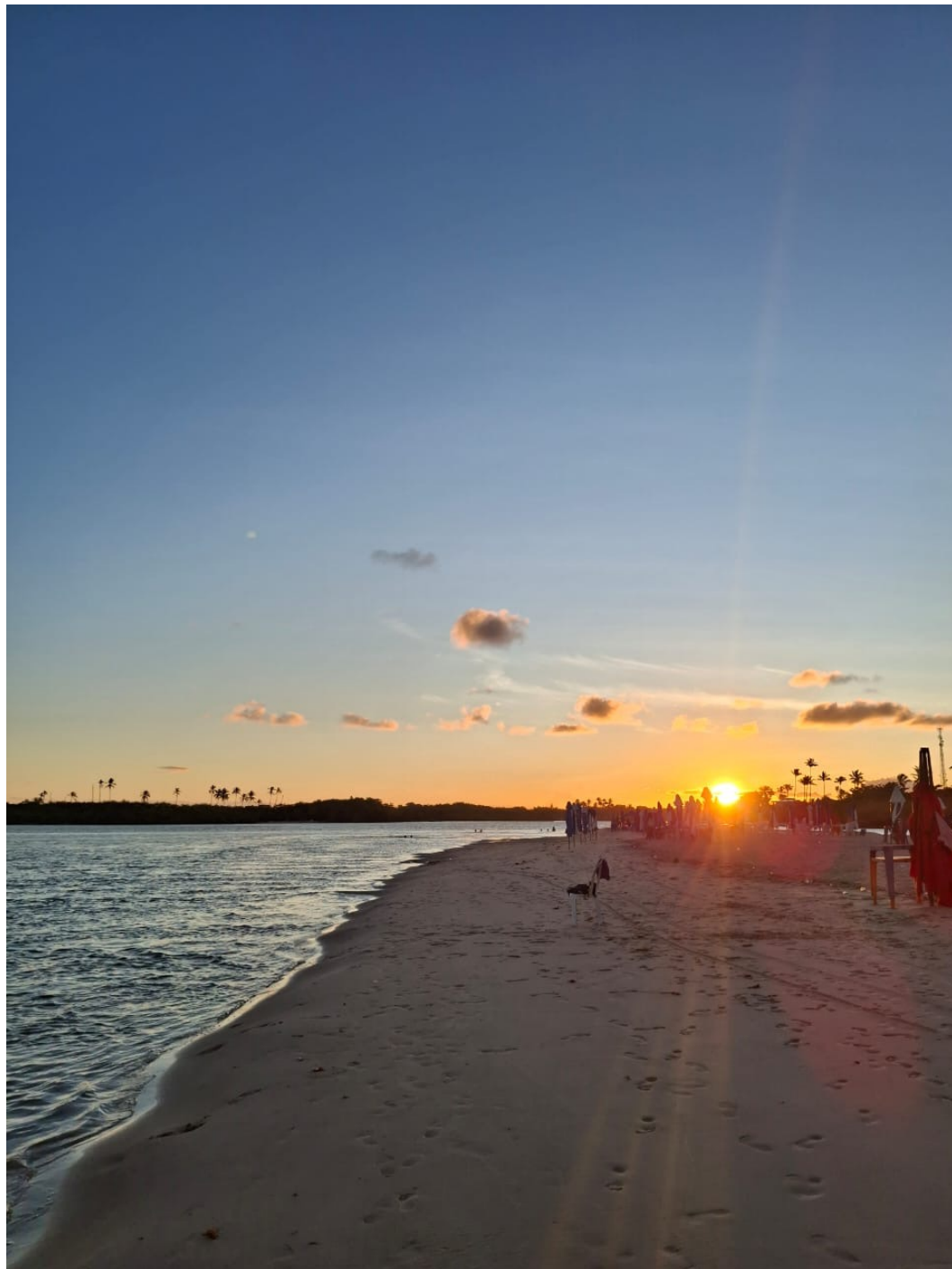
Fonte: elaborada pela autora.

Figura 6 – Acesso urbanizado para a praia da foz do rio Jacuípe



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 7 – Praia na foz do rio Jacuípe



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 8 – Praia na foz do rio Jacuípe



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 9 – Atividades náuticas de lazer na foz do rio Jacuípe – vista



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 10 – Cercamento da APA do rio Capivara – região Interlagos/Arembepe



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 11 – Cercamento da APA do rio Capivara – região Interlagos/Arembepe



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 12 – Cercamento da APA Lagoas de Guarajuba (Alphaville)



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 13 – Cercamento da APA Lagoas de Guarajuba (Alphaville)



Fonte: elaborada pela autora.

Figura 14 – Cercamento da APA Lagoas de Guarajuba (Alphaville)



Fonte: elaborada pela autora.

REFERÊNCIAS

Bahia. (1998). **Diagnóstico ambiental da Área de Proteção Ambiental do Rio Capivara**. Salvador, BA: [s. n.].

Bahia. (2006a). Decreto nº 9.936, de 22 de março de 2006. Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte (CBHRNI). **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA.

Bahia. (2006b). Resolução CONERH nº 11, de 14 de fevereiro de 2006. Aprova a proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte (CBHRN). **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA.

Cn1. (2024). Comunidade se une para proteger o Rio Capivara em Camaçari. **Cn1**, Camaçari, BA.

Fraser, N. (2024). **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024.

Paulo, J. (2025). MP investiga construção de condomínio de luxo em Guarajuba por suspeita de danos ambientais. **Bahia Econômica**, Salvador, BA.

Portal Politicaaovivo. (2025). Meliá e Alphaville sob suspeita: empreendimentos de luxo causam devastação ambiental em Guarajuba. **Politicaaovivo**, Camaçari, BA.

Portal Vrum. (2025). Bahia será Vale do Silício da América do Sul, diz vice-presidente da BYD. **Vrum**, [s. l.].

Santos, C. F. S., & Oliveira, A. G. de. (2013). Mapeamento do uso do solo na APA estadual Lagoas de Guarajuba, Camaçari, BA, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, PT, v. 13, n. 3, p. 391-397. doi: 10.5894/rgci413